

# Multiculturalismo em debate

**Cultura** Antropóloga da UFRGS analisa discurso de autora muçulmana sobre multiculturalismo e diz que é preciso discutir como o Estado trabalha com a diferença

Jacira Cabral da Silveira

A escritora somali Ayaan Hirsi Ali esteve no Salão de Ato da UFRGS em junho, participando do curso *Fronteiras do Pensamento*. Os jornais diários registraram a tumultuada passagem da ex-deputada do Parlamento holandês pela capital gaúcha. Ela buscou exílio na Holanda para escapar de casamento arranjado e, desde que se tornou uma crítica contundente do Islamismo, vive cercada de guarda-costas.

Entretanto, os meios de comunicação não abordaram com o devido aprofundamento a crítica de Ayaan sobre a excessiva brandura da política externa das potências ocidentais quanto ao que classificou de “perigosa doutrina do multiculturalismo”. Para a autora, não existe cultura ou respeito às diferenças que justifique a falta de uma ação mais vigorosa do Ocidente. Condenando toda violência, intolerância e terrorismo, disse estar convicta de que a ênfase numa identidade mulçumana e em seus respectivos “direitos de minoria” é prejudicial às mulheres mulçumanas.

Ganhadora dos prêmios Liberdade e Democracia, instituídos respectivamente pelo Partido Liberal da Dinamarca e Suécia, Ayaan afirmou ainda que o respeito aos direitos humanos deve anteceder o respeito às tradições e religiões. Em sua opinião, foi essa percepção de prevalência do direito do indivíduo sobre o da tradição de um povo que levou os países europeus ao desenvolvimento. No encerramento de sua palestra, a muçulmana pediu reflexão a todos que têm nas mãos o poder de decidir sobre o destino das pessoas, tanto no Poder Judiciário quanto em outras instâncias oficiais, criticando “a ilusão de que tudo deve ser desculpado por ser fato cultural”.

Como contribuição ao desafio reflexivo da escritora, o *Jornal da Universidade* buscou a análise da antropóloga Denise Jardim, professora do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS.

**Jornal da Universidade** – Quando falamos ao telefone, a senhora levantou alguns aspectos responsáveis pela visibilidade de Ayaan no âmbito internacional, como a defesa da mulher. Poderia falar sobre isso?

**Denise Jardim** – A passagem dela é um bom exemplo sobre como “a questão da mulher” e da diferença de culturas em um Estado multicultural não é um item anexo da pauta política, um adendo de programas políticos. Lembro que, durante muito tempo, os políticos tinham que pensar como agradar o público feminino tratando-o como um segmento à parte e normalmente isso escorregava para políticas da natalidade, do controle do corpo. Até hoje pode parecer a alguns que essa seria a arena mais legítima para chamar as mulheres para a cena política. Entretanto, Ayaan nos mostra outros aspectos. A política – incluindo os países islâmicos e outras nações – nutre-se dos ideais de emancipação corporificados nas trajetórias feministas ou de retóricas da “família” para falar dos destinos da nação. Isso até que não é muito novo. Ocorre que na atualidade – e de modo mais evidente nos países islâmicos – esse se torna um palco privilegiado da discussão política, da de-

núncia nacionalista ou panislamista da interferência de valores “ocidentais”. Um debate que tende a calar e não levar em conta os feminismos reais que são experimentados nesses países. A própria Ayaan refere ao ambiente de debate polifônico sobre a condição feminina nos países islâmicos. Será que conseguimos ouvir essa parte de seu depoimento? Como nos lembra Lila Abu-Lughod, a retórica do feminismo emancipatório ultrapassou as fronteiras do corpo feminino e tornou-se uma das arenas mais quentes do debate político na atualidade, pois nos induz a debater, dividir águas, continentes e “ocidente versus oriente” a partir da necessidade de emancipar e libertar todos os sujeitos a exemplo, e do mesmo modo, que o feminismo teria conquistado e libertado os nossos corações. Não estou sendo muito clara sobre como qualifico Ayaan e isto é proposital, pois a presença dela nos fez pensar e isso, por si só, já valeu a pena. Entretanto, corremos o risco



O “Estado multicultural”, como conhecemos na prática, por vezes toma para si o papel de previamente definir quais diferenças são as significativas, e se elas têm feições raciais ou sociais, produzindo linhas de reflexão globais que não necessariamente são adequadas

de proferindo ideais de liberdade a partir de palcos tão legítimos como o feminismo, tomando para si ideais da liberdade individual – para si e para todos – instalar os perversos trabalhos da inquisição contra o obscurantismo da tradição. Como antropóloga, jamais poderia dizer que “o” feminismo se restringe necessariamente à emancipação (restrita a um sentido de liberdade individual) ou que “a” tradição é incompatível com renegociação de consensos e normas sociais. É exatamente isso, como analista, que deveria submeter a teste em estudos de campo, conhecendo grupos sociais e tomando-os como sujeitos e não “objetos” de políticas sociais.

**JU** – Como podemos entender a crítica da escritora ao multiculturalismo?

**DJ** – No que tange ao multiculturalismo, há inúmeras controvérsias. A maneira como o utilizamos para descrever multiplicidade e pluralidade nas Ciências Sociais não necessariamente corresponde a uma definição prévia de “unidades culturais fechadas”. Entretanto, quando percebo a introdução do termo “científico” como um horizonte desejável de políticas públicas, me dou conta que ele é extremamente potente. Vem junto, no “pacote”, a ideia de promover, melhorar a vida das pessoas, cultivar o respeito às suas culturas. Isso chega a arrepiar, pois, na prática, partimos de nossas compreensões mais sensíveis do que é promover algo, ou emancipar o outro. Emancipar do quê? Promover o quê? Ai chegamos a inúmeras nuances. Ocorre que o “Estado multicultural” como conhecemos na prática, por vezes toma para si o papel de previamente definir quais diferenças são as significativas, e se elas têm feições raciais ou sociais, produzindo linhas de reflexão globais que não necessariamente são adequadas e pensadas do mesmo modo, em um sentido emancipatório, em situações específicas – em uma escola, um bairro ou região. Questões sobre desigualdade acabam entrando de contrabando e fomentando a discussão da vida escolar e dos jovens. Nesse sentido me parece bem interessante, mas na prática precisamos refletir sobre a implementação de políticas que reduzam os problemas conhecidos a novos termos. O que o multiculturalismo e seu debate potencializam é a reflexão sobre as tensões e a maneira como o Estado gestiona a diferença, bem como o modo como nós experimentamos a diferença e a desigualdade. Assim, quando Ayaan “defende” o “fechamento das escolas islâmicas” ainda não sabemos, não temos acesso exatamente a tudo o que está envolvido nessa demanda, e sobre esse difícil equilíbrio entre o direito à diferença e sobre quem são os gestores da diferença na sociedade holandesa: como se redistribuem os poderes familiares e do Estado nessa situação, por exemplo? Há muito o que indagar antes de amplificar o problema holandês como o problema europeu e, a partir daí, referir a um problema do fundamentalismo islâmico ou ocidental com o “orientamento que habita entre nós”.

**JU** – Na sua opinião, como esse conceito tem evoluído no senso comum? Poderia dar alguns exemplos de como os indivíduos ou o Estado revelam-se neste sentido?

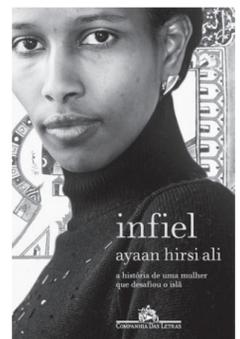
**DJ** – O direito à diferença não poderia ser reduzido à observação das ações pragmáticas de sujeitos demandantes de recursos do Estado. Com o respaldo da carta constitucional, a compreensão do direito à diferença tem tomado rumos bastante inusitados. Vejamos o exemplo da parada gay em São Paulo ou Porto Alegre. O direito à diferença deixa de ser uma reivindicação individual de respeito à opção sexual para somar uma variedade de pautas de direitos reprodutivos, políticas de saúde e de apoio contra práticas discriminatórias. Ela extrapola, por exemplo, um pleito individual e é conduzida por organizações – que atendem a questões pragmáticas de acessos, políticas e crítica



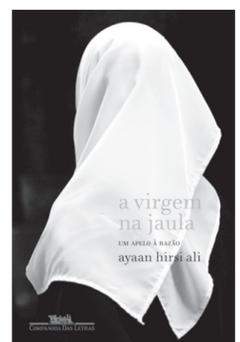
FOTOS: FLAVIO DUTRA/PROJETO CONNATO

a políticas de Estado ou por coletividades. A parada gay extrapola, inclusive, noções identitárias, pautadas pelo pragmatismo, é performática e é, portanto, uma política de identidade pela ampliação das noções de sexualidade e seus significados. Neste sentido, plural na prática, as siglas parecem se alargar e serem sempre submetidas a novas metamorfoses. Quando o poder público ou o público parece que entendeu, acrescenta-se mais uma letra (ao GLS) para tornar instável e revitalizar o debate... Outro exemplo que poderia ser evocado são os pleitos de sociedades indígenas que, além de reivindicar o atendimento às suas demandas, tensionam as formas como tal atendimento deveria ser implementado. Ou seja, não se trata de passar no guichê do poder público e buscar a resposta a sua demanda. A experiência desses grupos é tanto o de chamar a atenção para si, exigindo respeito a sua existência, especialmente quando são banidos inclusive da beira da estrada, pois o poder público ainda tem essa mania, quanto de tensionar as formas mais rotineiras como o Estado vinha atendendo a demandas pontuais ou vistas como insolúveis. Portanto, a promoção de direitos parece exigir flexibilizar as formas de observar direitos humanos mais de acordo com a trajetória e experiência direta dos sujeitos de direitos. Há um longo caminho pela frente, mas sempre é bom lembrar que não nos faltam coletividades e, portanto, protagonistas nessa história.

## Para ler



**Infidel: a história de uma mulher que desafiou o Islã**  
Ayaan Hirsi Ali,  
Cia das Letras, 2007



**A Virgem na jaula**  
Ayaan Hirsi Ali,  
Cia das Letras, 2008